



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

ATHYLAS NATHANAEL ACCIOLY CORREIA

**RESERVA EXTRATIVISTA ACAÚ-GOIANA: uma análise dos conflitos
socioambientais no território**

RECIFE

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS GEOGRÁFICAS
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

ATHYLAS NATHANAEL ACCIOLY CORREIA

**RESERVA EXTRATIVISTA ACAÚ-GOIANA: uma análise dos conflitos
socioambientais no território**

TCC apresentado ao Curso de Geografia-Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de Graduado em Geografia.

Orientador(a): Talitha Lucena de Vasconcelos

RECIFE

2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do
SIB/UFPE

Correia, Athylas Nathanael Accioly.

RESERVA EXTRATIVISTA ACAÚ-GOIANA: uma análise dos conflitos socioambientais no território / Athylas Nathanael Accioly Correia. - Recife, 2024.

33

Orientador(a): Talitha Lucena de Vasconcelos

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Geografia - Licenciatura, 2024.

1. RESEX. 2. Conflitos socioambientais. 3. Unidade de Conservação . I. Vasconcelos, Talitha Lucena de . (Orientação). II. Título.

910 CDD (22.ed.)

ATHYLAS NATHANAEL ACCIOLY CORREIA

**RESERVA EXTRATIVISTA ACAÚ-GOIANA: uma análise dos conflitos
socioambientais no território**

TCC apresentado ao Curso de Geografia-Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, como requisito para a obtenção do título de Graduado em Geografia.

Aprovado em: ____ / ____ / ____.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 TALITHA LUCENA DE VASCONCELOS
Data: 11/08/2025 17:46:35-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profº. Dr. Talitha Lucena de Vasconcelos (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Ivo Raposo Gonçalves Cidreira Neto (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profº. Dr. Fábio José de Araújo Pedrosa (Examinador Externo)
Universidade Católica de Pernambuco

RESUMO

O consumo crescente da sociedade tem acelerado a escassez dos recursos naturais, causando desequilíbrios ambientais. A exploração desordenada dos recursos impulsiona a necessidade de uma mudança para o uso sustentável, exemplificada pelas Unidades de Conservação (UC). O estudo se concentra na Reserva Extrativista (RESEX) Acaú-Goiana, examinando processos de participação e gestão, e identificando conflitos e ações para o fortalecimento de sua gestão. Ainda, aborda a relevância socioambiental das Reservas. A criação desta Unidade ocorreu em 2007 após demandas dos pescadores(as) locais, compreende 6.679,69 hectares e enfrenta desafios relacionados a conflitos de uso do território, incluindo atividades agrícolas e industriais ao seu redor. A pesquisa, a partir da análise das atas das reuniões do conselho deliberativo e entrevistas semi-estruturadas, classificou como principais conflitos o derramamento de vinhoto, celulose e petróleo, queimadas, desmatamento de mangue, construções irregulares e proibição de pesca. Adicionalmente indicou ações de investimento em pessoal da gestão da UC e município para fortalecer a gestão.

Palavras-chave: Resex; Conflitos socioambientais; Unidades de Conservação.

ABSTRACT

Society's increasing consumption has accelerated the depletion of natural resources, leading to environmental imbalances. The unsustainable exploitation of these resources underscores the urgent need for a transition to sustainable practices, as exemplified by Conservation Units. This study focuses on the Acaú-Goiana Extractive Reserve (RESEX), examining its participation and management processes, and identifying conflicts and strategies to enhance its management. Additionally, it highlights the socio-environmental significance of such reserves. Established in 2007 in response to local fishermen's demands, the RESEX spans 6,679.69 hectares and faces challenges such as conflicts over territory use, including agricultural and industrial activities in its vicinity. Through analysis of deliberative council meetings and semi-structured interviews, the study identifies key conflicts, such as spills of vinasse, cellulose, and oil, fires, mangrove deforestation, irregular constructions, and fishing bans. Furthermore, it proposes investment in Conservation Units and municipal management personnel to bolster management efforts.

Keywords: RESEX; Conflicts; Socio-Environmental; Conservation Units.

LISTA DE TABELAS

Quadro 1	Principais conflitos mapeados nas Atas da Resex Acaú-Goiana (2013- 2021).	18
Quadro 2	Situações que podem repercutir na Resex, a partir do Conselho	21
Quadro 3	Plano de aula para escolas inseridas no entorno da Resex Acaú-Goiana.	27

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 REVISÃO DE LITERATURA	11
2.1 Contextualização das Reservas Extrativista.....	11
2.2 Conflitos socioambientais.....	12
3 METODOLOGIA	14
4 RESULTADOS	18
4.1 Conflitos socioambientais mapeados na Resex Acaú-Goiana.....	18
4.2 Conflitos e seus desdobramentos na Resex Acaú-Goiana.....	21
4.3 Gestores ambientais locais e a Resex Acaú-Goiana.....	23
4.4 Plano de aula.....	24
5 CONCLUSÃO	28
REFERÊNCIAS	2

1 INTRODUÇÃO

O aumento da população e o consequente avanço do consumo tem originado impactos significativos sobre o meio ambiente, como o aumento dos resíduos sólidos e sua destinação incorreta. Nesse sentido, à medida que a população mundial continua crescendo e o padrão de vida se eleva em muitas regiões, os recursos naturais estão cada vez mais sob pressão (Hogan, 1993).

Nessa perspectiva, alguns países se movimentaram para proteger áreas com valor ambiental. No contexto internacional cita-se o Parque Nacional de Yellowstone, localizado nos Estados Unidos e fundado em 1872, como o primeiro movimento de um Estado a institucionalizar a conservação de um determinado território por sua beleza cênica, histórica e científica. O Parque serviu como modelo para replicar em outros países, suas diretrizes moldaram as perspectivas ambientais para outros territórios (Campos; Castro, 2006).

O Brasil, por sua vez, promulgou na Constituição de 1937 a criação do primeiro Parque Nacional do país, o Parque Nacional do Itatiaia, situado na serra da Mantiqueira, abrangendo os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais. O objetivo do Parque é a proteção da beleza cênica e o fortalecimento científico na localidade. Assim, também foram criados na mesma perspectiva no ano de 1939 o Parque da Serra dos Órgãos, no estado do Rio de Janeiro, e o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná (Nether, 2017).

Nesse sentido, após décadas de cobrança dos movimentos ambientalistas e pressão da comunidade internacional, as políticas ambientais começaram a se estruturar no território brasileiro. Destaca-se a data de 18 de julho do ano de 2000 que foi sancionada a lei de número 9.985 (Sistema Nacional de Unidade de Conservação). Essa lei estabeleceu o que seriam as Unidades de Conservação (UC), quais seus objetivos e todos os procedimentos necessários para sua criação, além de estabelecer estratégias para a sua conservação ambiental.

Também, a legislação prevê a participação da sociedade na gestão das UC, bem como a criação de mecanismos para a fiscalização e controle da sua implementação. É possível identificar que a lei define UC como “espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais com características naturais importantes” (BRASIL, 2000).

Assim, as UC se constituem como objeto de importância na conservação dos ambientes naturais. Contribuições internacionais e políticas nacionais fortaleceram suas estruturas e possibilitaram uma maior proteção no território brasileiro (Brito, 2000).

O Sistema de Unidade de Conservação é dividido em duas categorias, as de uso integral e as de uso sustentável. A primeira categoria citada tem o objetivo de “preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos nesta Lei”, já a segunda possui a finalidade de “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, 2000).

Assim, na categoria de uso sustentável se destaca a Reserva Extrativista (RESEX), no qual, é fundamentada em uma área de comunidade tradicional e artesanal em que a subsistência dessa população está ancorada no extrativismo. Ainda, enfatiza-se que existe uma co-gestão do território com os comunitários beneficiários que proporciona um ambiente mais engajado na conservação da localidade em questão (Allegretti, 2008).

Existem intensos conflitos de uso e ocupação desses territórios. Grande parte das RESEX surge a partir de demandas das comunidades afloradas por meio de pressão sofridas de indústrias, grilagem de terras públicas, agropecuária, entre outras atividades, que avançam em todo território nacional, podendo dizimar a cultura e modo de sobrevivência desses povos (Fernandes-Pinto, 2007).

O cenário em questão também está presente na RESEX Acaú-Goiana que se localiza entre os estados de Pernambuco-PE e da Paraíba-PB, contemplando os municípios de Goiana-PE, Caaporã-PB e Pitimbu-PB. As comunidades tradicionais que usufruem do território sofrem pressões e disputas pelo uso dos bens naturais, tal situação é originada por empresas de setores agroindustriais, destilarias e indústrias cimenteiras que estão presentes na localidade (Oliveira, 2023).

Nessa perspectiva, o presente estudo tem por objetivo geral compreender os fatores causadores de conflitos socioambientais presentes na RESEX Acaú-Goiana. Além de possuir os objetivos específicos de: analisar os conflitos socioambientais do território a partir das pautas presentes nas atas das reuniões do conselho gestor de 2013 a 2021, Identificar as formas de gestão de conflitos adotadas pelas lideranças e Propor um plano de aula sobre a temática de gestão de unidades de conservação para aplicação na educação básica.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Contextualização das Reservas Extrativista

O Sistema de Unidade de Conservação (SNUC), categoriza a RESEX como uso sustentável. Esta categoria visa proteger ecossistemas naturais enquanto permite o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000). A participação social na conservação dos ambientes é evidente nos processos das UC de uso sustentável.

O conceito de RESEX nasceu na região Amazônica durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros. Com o objetivo de debater as dificuldades enfrentadas devido ao desmatamento na Amazônia, os seringueiros mobilizaram-se para reivindicar seus direitos frente à conservação do meio ambiente e da proteção dos povos tradicionais e seus territórios (Cunha, 2001). Essa articulação histórica marcou o Sistema de Unidades de Conservação, pois a sua criação contou com a participação ativa dos povos tradicionais. Assim sendo, a RESEX surge da resistência da sociedade civil para a garantia de suas tradições.

Nesse sentido, a RESEX emerge como uma ferramenta de garantia de preservação das especificidades das comunidades tradicionais. Nisso, também é possível evidenciar que além das questões ambientais as Reservas empodera a população fazendo com que possam efetuar tomadas de decisões coletivamente para sua área (Risso, 2012).

As comunidades tradicionais de outras regiões que viam a necessidade de assegurar seu modo de vida, observaram na RESEX uma ferramenta de manutenção de suas tradições e de um ambiente sustentável. Assim, a categoria também foi expandida para os territórios marinhos e costeiros. Nesse sentido, os pescadores artesanais organizaram-se diante de suas especificidades e criaram a Comissão Nacional de Fortalecimento das RESEX Marinhas Costeiras (CONFREM), tal instituição veio para ampliar as discussões e fortalecer o debate para os ambientes costeiros e marinhos (Prost, 2018).

Pimentel (2019), apresenta as experiências das RESEX costeiras do Norte do Pará e enfatiza que a conservação da biodiversidade e sustentabilidade está entrelaçado e perpassa pela discussão com conhecimento tradicional e formas de

manejo dos recursos. A proteção dos povos e comunidades tradicionais e seus modos de vida é consequentemente a proteção dos bens naturais.

2.3 Conflitos socioambientais

O fenômeno dos conflitos socioambientais não é recente e está presente no cotidiano das primeiras organizações de civilização. No entanto, as discussões teóricas foram evidenciadas no ano de 1968 com o Clube de Roma e, também, na I Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano no ano de 1972 (Carvalho, 1992).

Segundo Vivacqua (2005, p. 140), “os conflitos socioambientais designam as relações sociais de disputa/tensão entre diferentes grupos ou atores sociais pela apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural”.

Os conflitos socioambientais estão divididos por interesse de conservação e de exploração. A disputa para utilizar o recurso natural é bastante intensa, originando problemáticas para as populações tradicionais historicamente usuárias do território (Soares, 2018).

Ainda assim, Acseirad (2004, p. 21), apresenta a definição de conflitos socioambientais como “aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território.” Nesse sentido, a disputa para o controle do bem natural é evidente no cenário dos conflitos socioambientais.

Zhouri (2010) caracteriza alguns tipos de conflitos, que são:

a) os distributivos, derivados das desigualdades sociais no acesso e na utilização dos recursos naturais; (b) os espaciais, engendrados pelos efeitos ou impactos ambientais que ultrapassam os limites entre os territórios de diversos agentes ou grupos sociais; (c) e os territoriais, relacionados à apropriação capitalista da base territorial de grupos sociais.

Acseirad (2010), apresenta as questões de justiça ambiental no Brasil. Ainda, trata a luta contra a desigualdade na exposição aos riscos ambientais. Aborda a resistência de diferentes grupos sociais às desigualdades ambientais, incluindo os impactos nos espaços, a falta de representatividade nas esferas decisórias e o monopólio de recursos ambientais. Nessa perspectiva, é possível evidenciar que as organizações sociais que atuam em territórios mais afetados com conflitos ambientais são primordiais na garantia dos direitos socioambientais

Porto-Gonçalves (2004), traz em sua obra uma correlação entre os problemas ambientais e as questões sociais, políticas e econômicas. Nesse sentido, é possível salientar que o autor argumenta que esses problemas socioambientais são sintomas de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração desenfreada dos bens naturais. Também, discute a importância de considerar as diferentes dimensões da crise ambiental que vai além das preocupações puramente ecológicas para incluir aspectos sociais.

Fleury (2014), expõe que os conflitos socioambientais estão em um cenário complexo e com desafios contemporâneos que evidenciam as desigualdades sociais do território. Tal situação, constata a necessidade de uma abordagem interdisciplinar para trazer soluções efetivas para o cenário.

É importante salientar que os conflitos estão presentes desde a criação do Parque Nacional de Yellowstone, esses acontecimentos não são exclusividade das Áreas Protegidas da história recente. No início, os Parques Nacionais tinham em seu objetivo a Preservação total do seu território, retirando da localidade povos tradicionais (Acseirad, 2004).

As principais causas dos conflitos socioambientais vivenciadas pelas comunidades tradicionais pesqueiras são oriundos da esfera econômica, como aponta o Conselho Pastoral dos Pescadores:

O surgimento de inúmeros conflitos socioambientais presentes nas comunidades tradicionais pesqueiras possuem parâmetros históricos que se baseiam no controle sobre a natureza enquanto “recurso” econômico, empreendido pela ação do capital. Este controle desencadeia dois profundos problemas instituídos no conflito: o domínio tecnológico ligado ao produtivismo econômico e o domínio sobre a territorialidade onde a terra, a água e os ecossistemas tornam-se recursos de interesse do capital (CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES, 2016).

Dessa forma, é necessário que haja um diálogo entre os diversos atores envolvidos nos conflitos socioambientais, buscando soluções que permitam a conservação dos recursos naturais e a preservação dos direitos das populações tradicionais que os usufruem.

3 METODOLOGIA

A sociedade civil demandou ao poder público a criação da Resex Acaú-Goiana. Por meio de lutas e movimentações, principalmente da Associação de

Marisqueiras de Acaú-PB, em 2007 foi implementada a RESEX no território, ocupando os municípios de Goiana-PE, Caaporã-PB e Pitimbu-PB. A Reserva possui predominante o bioma marinho costeiro, envolvendo a área estuarina dos rios Goiana e Megaó (Silva et al., 2020). Como mostra a figura 1.

Figura 1: Manguezal em Acaú-PB.



Fonte: Autor, 2023.

O Decreto de 26 de setembro de 2007 que cria a RESEX Acaú-Goiana aponta que seu objetivo é:

Art. 2º A Reserva Extrativista Acaú-Goiana tem por objetivo proteger os meios de vida e garantir a utilização e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados pela população extrativista das comunidades de Carne de Vaca, Povoação de São Lourenço, Tejucupapo, Baldo do Rio Goiana e Acaú e demais comunidades incidentes na área de sua abrangência (BRASIL, 2007).

É importante ressaltar que uma das principais atividades econômicas desenvolvidas no território pela comunidade tradicional da RESEX é a pesca e coleta de recursos estuarinos e marinhos, como mostra a figura 2 (Silva, 2020).

Figura 2- Representação da atividade de pesca e coleta de recursos estuarinos e marinhos em Carne de Vaca-PE.



Fonte: Mar Sem Fim, 2015.

Nas últimas décadas, houve uma significativa transição econômica na área da RESEX. Cerca de 400 anos atrás a localidade era dominada por plantios de cana-de-açúcar, na atualidade a região está se consolidando em um polo industrial. Silva (2017) aponta que “a presença dessas empresas é uma ameaça constante aos limites territoriais da Resex e a eficácia da UC na preservação da natureza e na garantia da reprodução do trabalho pesqueiro artesanal”.

Os municípios que abarcam a RESEX possuem um papel significativo para assegurar a conservação da Unidade, é importante ressaltar que a Reserva é de esfera Federal, entretanto, o trabalho em conjunto com as demais esferas (municipais e estaduais) contribui para um ambiente seguro e ecologicamente equilibrado (Santos, 2020). A imagem 3 apresenta um pequeno trecho da faixa litorânea da Reserva. O entorno da Resex, porém, é cercado por atividades agrícolas (cana-de-açúcar e carcinicultura) e indústrias (cimenteiras, mineração), o que gera conflitos de uso. A UC se localiza no município de Goiana-PE, Caaporã-PB e Pitimbú-PB como mostra o mapa 1, em uma área total de 6.679,69 hectares

Mapa 1 - Mapa de localização da Reserva Extrativista Acaú-Goiana



Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2024.

O estudo se caracteriza com a abordagem qualitativa, por meio do viés exploratório (Gil, 2010). Nesse sentido, a partir de levantamentos de dados primários e secundários, no qual os dados secundários foram adquiridos a partir de análise de conteúdo (Bardin, 1977) com a leitura de 35 atas (2013-2021) das reuniões do Conselho para identificar conflitos socioambientais e mapeamento de quais ações fortalecem a manutenção da Resex por meio das falas coletadas do documento.

Foi empregado a observação não participante (Gil, 2009) nas reuniões do Conselho Deliberativo da RESEX Acaú-Goiana que aconteceram nos dias 19/10/2022 (Carne de Vaca -PE), 12/04/2023 (Acaú-PB), 03/05/2023 (Baldo do Rio -PE) e 07/06/2023 (Caaporã-PB), como mostra a figura 3. Também, foram realizadas entrevistas estruturadas com gestores ambientais (3 entrevistas) dos municípios pertencentes à UC, lideranças locais (4 entrevistas) e gestão da RESEX Acaú-Goiana (1 entrevista), como mostra a figura 4.

Figura 3: Reunião do Conselho da RESEX Acaú-Goiana



Fonte: Autor, 2023.

Figura 4: Entrevista colônia de pescadores do Baldo do Rio-Goiana



Fonte: Autor, 2023

A elaboração do plano de aula teve como fundamentos a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017) e o Organizador Curricular do Estado de Pernambuco, assegurando alinhamento com as diretrizes educacionais vigentes. Além disso, a proposta foi sustentada por aportes teóricos de diversos autores que discutem o ensino de Geografia e a importância das práticas pedagógicas em espaços não formais, como Straforini (2018), Santos (2020) e Scardua (2003), entre outros.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Conflitos socioambientais mapeados na Resex Acaú-Goiana

Por meio da análise de conteúdo das atas da Resex Acaú-Goiana foram mapeados os principais conflitos socioambientais que os conselheiros expuseram nas reuniões do conselho da Unidade. Assim, foi construído o quadro 1 que apresenta os dados coletados das atas durante os anos de 2013 até 2021.

Quadro 1- Principais conflitos mapeados nas Atas da Resex Acaú-Goiana (2013-2021).

ANO	Nº DA ATA	CONFLITO ENCONTRADO
2013	3º reunião ordinária	Derramamento de vinhoto por parte de Usinas.
2015	9º reunião ordinária	Derramamento de fibra celulose no rio pela empresa produtora de papel e as repercussões para os pescadores.
2017	9º reunião ordinária	Construções irregulares de bares e caixas nas dependências da Resex.
2017	3º reunião extraordinária	Empresa de Aquicultura proibindo os pescadores de pescarem em localidade da RESEX.
2019	21º reunião ordinária	Queima da palha da cana-de-açúcar ao redor da Unidade.
2019	21º reunião ordinária	Relato da chegada do óleo na RESEX e suas consequências para os pescadores.
2021	4º reunião extraordinária	Retirada do mangue para plantação da cana-de-açúcar.

Fonte: Autor, 2023.

O ano de 2013 foi marcado pelos conflitos originados por impactos ambientais causados por indústrias instaladas ao redor da RESEX, com polo industrial cada vez se expandindo, no período apresentado, os conflitos ambientais foram cada vez mais se tornando recorrentes. Nesse sentido, o primeiro conflito encontrado foi o derramamento de vinhoto por parte de uma Usina de Cana-de-açúcar, ocorrência denunciada ao Conselho pelos representantes das comunidades.

O vinhoto é um subproduto da fabricação do álcool que se dado o destino incorreto pode causar danos significativos ao ambiente como a modificação do PH da água impactando o ecossistema aquático (Lago, 2018). Assim, os representantes

comunitários relataram a presença desse material nos rios das redondezas e que essa situação ocasionou mortandade de peixes.

Já em 2015, o destaque foi o impacto ocasionado pela empresa fabricante de papel que manipula matéria prima como a celulose. A empresa instalou um equipamento novo que sofreu pane, a máquina acabou vazando fibra-celulose no rio e o resíduo de fibra-celulose em contato com a água originou uma camada de resíduo no espelho d'água ocasionando mortandade de peixes. Assim, pescadores ficaram sem poder pescar por meses e a empresa doou cestas básicas para amenizar a situação. Porém, o dano no rio foi considerável pois afetou esferas ambientais e sociais.

Em modo geral, foi observado durante as leituras das atas a ausência dos órgãos fiscalizadores como a Agência Estadual de Meio Ambiente-CPRH (no estado de Pernambuco) em atuação no território. Várias denúncias foram relatadas durante as reuniões, alguns acontecimentos poderiam ser evitados com ações mais efetivas de monitoramento e fiscalização.

Foi atestado nas atas das reuniões da RESEX Acaú-Goiana o descontentamento dos conselheiros pela lentidão de ações ativas por meio da CPRH, conforme relatou um conselheiro que disse: “desabafo de indignação quanto a lentidão dos processos burocráticos da CPRH e da impunidade das empresas que poluem e agredem o meio ambiente prejudicando principalmente as famílias dos pescadores” (ATA, 12/06/2013). Assim, foi constatado que é de suma relevância a presença efetiva dos órgãos responsáveis municipais, estaduais e federais, para a manutenção de um ambiente seguro e sustentável para todos os atores, sejam as comunidades ou empreendimentos.

Construções irregulares nas dependências da RESEX Acaú-Goiana foi um conflito recorrente entre as pautas das reuniões do conselho (atas 3º reunião ordinária, 9º reunião ordinária, 21º reunião ordinária, 4º extraordinária). Os representantes comunitários relataram que algumas caiçaras eram transformadas em bares e o surgimento de casas, que causam impactos na localidade da Reserva, em entrevista com a gestão da RESEX relatou que grande parte das construções irregulares não possuem infraestrutura de esgoto e coleta de resíduos sólidos, ocasionando o descarte incorreto dos resíduos impactando assim o ecossistema.

Também, foi possível evidenciar na 21ª o relato por parte dos pescadores da chegada do óleo no litoral da RESEX. Muitos pescadores artesanais foram prejudicados por não conseguir peixe para se alimentar e vender.

No quadro 1 foi possível identificar na ata da 3ª reunião extraordinária o conflito socioambiental ocasionado por parte da empresa de Aquicultura. Na ocasião, a empresa impediu pescadores beneficiários da RESEX de pescar. O empreendimento é dono da Ilha do Tiriri, e promoveu fiscalização abusiva impedindo os pescadores de pescarem nesta região. A área pertence à RESEX e assim, os pescadores beneficiários da Reserva possuem o direito de utilizar a localidade.

É primordial evidenciar que a partir de 2018 as atas das reuniões do Conselho da RESEX Acaú-Goiana sofreram alterações em seu formato. Essa mudança fez com que os documentos ficassem mais objetivos e menos detalhados. Em consequência impossibilitou um maior esclarecimento dos acontecimentos ocorridos na RESEX, considerando-se que as atas das RESEX são documentos públicos e são importantes para sociedade ter conhecimento das discussões e decisões que estão sendo tomadas no território.

No ano de 2019 foi apresentado nas atas conflitos pela queima de palha da cana-açúcar. O manejo do fogo controlado para fins agrícolas é permitido pela legislação de Pernambuco, (Instrução Normativa CPRH N 008/2014). Nessa normativa são encontradas informações, como o horário da queima : “empregar o fogo apenas no início da manhã, no final da tarde ou à noite” e também “observar a intensidade e direção do vento”. Porém, a fuligem e a fumaça acabam afetando todos que moram nas proximidades causando danos à saúde da população e criando conflito entre os moradores e as usinas (Ronquim, 2010).

Ainda no quadro, foi notado que os representantes das comunidades são os principais atores que adicionam nas pautas das reuniões as denúncias de conflitos. Os comunitários desempenham um papel fundamental na inserção de discussões sobre os conflitos nas reuniões visando a manutenção de seus direitos no território. Essa atuação demonstra um processo de participação ativa, em que os moradores não apenas comparecem aos espaços de deliberação, mas assumem o protagonismo na construção das pautas. A partir disso, observa-se a importância da gestão comunitária como ferramenta de fortalecimento da autonomia local.

Em contexto geral, as atas analisadas deram um panorama mostrando que existem conflitos recorrentes acontecendo no território da RESEX Acaú-Goiana,

como também conflitos pontuais. Assim, pode ser observado como conflitos recorrentes a derramamento de vinhoto/calda no rio por meio das usinas instaladas ao redor, queimadas dentro e fora da localidade da reserva e ocupação irregulares.

Já o vazamento de fibra celulose se enquadra em um conflito pontual visto que não ocorreu frequentemente. Também, se destaca a chegada do óleo no litoral nordestino.

4.2 Conflitos e seus desdobramentos na Resex Acaú-Goiana

No quadro 2 é possível identificar alguns desdobramentos de conflitos ocorridos durante o período de 2017 a 2021, retirados das atas do conselho de RESEX.

Quadro 2- Situações que podem repercutir na RESEX, a partir do Conselho.

ANO	Nº DA ATA	SITUAÇÃO ENCONTRADA
2015	9ª reunião ordinária	Em pauta sobre o acidente de derramamento de fibra celulose provocado pela empresa fabricante de papel, o representante da CPRH relata na reunião a falta de estrutura do órgão para fiscalizar e discute sobre as condições de trabalho.
2015	9ª reunião ordinária	Insistência das prefeituras de Pitimbu e Goiana para a volta da balsa. Tal atividade não é condizente com o modelo da Unidade de Conservação.
2019	21ª reunião ordinária	Em pauta a cobrança de monitoramento. O ICMBio relata que faltam recursos para ações de monitoramento na RESEX.
2020	22ª reunião ordinária	Desestímulo dos comunitários. Em 2019 foi realizada apenas uma reunião e isso prejudicou a jornada de empoderamento socioambiental que estava sendo construída durante os anos com os comunitários.
2021	4ª reunião extraordinária	Falta de sinalização dos limites da Resex.

No quadro, é observado uma constância de problemáticas que dificultam a gestão da RESEX. Assim, na ata da 9ª, 21ª e 26ª foi possível identificar problemas operacionais, estruturais e de investimento dos órgãos ambientais que fazem a fiscalização e monitoramento da área da UC. Em falas da 21ª reunião ordinária foi possível evidenciar ocorrências, trazidas pelos comunitários, que prejudicam as atividades desenvolvidas na Resex.

Inicialmente foi questionado sobre a fiscalização de queimadas. O representante do ICMBio informou: “isso hoje é um gargalo dentro da Instituição, por não possuir verbas e pessoas suficientes para realizar os monitoramentos”. Tal situação relatada pelo ICMBio tem dificultado historicamente as atuações de repressão contra impactos ambientais na localidade.

Ainda, na esfera estadual, se evidencia a estrutura deficiente da CPRH, agência ambiental de Pernambuco. Na ata da 9ª reunião ordinária foi questionada a forma de condução da análise da água logo após o derramamento de fibra celulose pela empresa de papel (2015). As análises coletadas pela CPRH indicaram que a água não possuía nenhuma alteração. Araújo (2016) relatou esse acidente e apresenta que o impacto atingiu cerca de 2.000m de extensão do rio. O representante da CPRH relata: “acredita que por falta de condições de trabalho a equipe não tenha feito as análises necessárias. A CPRH tem dificuldades técnicas e instrumentais, e talvez por falta de equipamentos os técnicos que foram a campo não tiveram condições de proceder às análises necessárias”.

Por meio desse levantamento, enfatiza-se que os Gestores públicos ambientais necessitam de um olhar efetivo frente às problemáticas do território. A partir das situações citadas, é notório que quando as entidades públicas não dispõem de condições mínimas de trabalho pode afetar diretamente nas qualidades de monitoramento e fiscalização das áreas unidades de conservação, como também pode afetar a conservação do território impactando os comunitários beneficiários (Scardua, 2003).

Mais ainda, Bueno (2013) cita que a alocação adequada de recursos financeiros nos órgãos públicos ambientais é essencial para fortalecer suas capacidades de fiscalização e aplicação de regulamentações. Isso contribui para a redução da poluição e a conservação dos ecossistemas, promovendo a resiliência ambiental e a saúde pública. Nessa conjuntura, o desmonte dessas organizações são intencionais e propositais.

Santos (2021), aborda que as políticas ambientais sofrem ataques de diversas esferas sejam setor político, industrial, serviços, etc. Ainda, a autora aborda que os interesses da massa econômica dominante possuem grande influência no cenário de enfraquecimento das instituições públicas ambientais.

Adicionalmente foi observado pouco engajamento das prefeituras nas temáticas relacionadas à RESEX. A reativação da balsa chamou atenção dos gestores municipais, entretanto, o Conselho tomou decisão contrária de não permitir o transporte fluvial de balsa na RESEX. Uma série de outras decisões necessitaria de maior comprometimento por parte das Prefeituras para que a unidade se integre com o território em que está inserida.

Já na ata da 22ª reunião ordinária foram visualizados relatos de comunitários sobre ter ocorrido apenas uma única reunião do Conselho no ano de 2019. Conselheiros relatam que “há uma descontinuidade para quem estava em um ativismo muito grande no ano de 2017/2018, em 2019 o Conselho deu uma parada e só ocorreu uma reunião em todo o ano, e isso fez com que muitas instituições e até as comunidades tivessem um desestímulo na participação das atividades”. Com a troca de chefia na RESEX a realização das reuniões foi prejudicada em 2019. Nesse período foi relatado em ata a falta de financiamento para realizações de reuniões e outras atividades desenvolvidas pela gestão da RESEX. Para o bom funcionamento das ações da UC é necessário recursos e financiamento, como o do Gefmar que é um projeto de financiamento coordenado pelo o Governo Federal para áreas marinhas e costeiras.

A gestão participativa permite que as comunidades locais tenham voz ativa na tomada de decisões e na definição de políticas que afetam diretamente suas vidas. Por isso, é necessário a manutenção desses espaços para que seja garantida a continuidade dos direitos dessas populações (Silva,2018).

4.3 Gestores ambientais locais e a Resex Acaú-Goiana

O envolvimento de gestores municipais no cotidiano de atividades das UC contribui para o sucesso dessas áreas (Paiva, 2015). É indispensável o empenho das instituições ambientais municipais na busca de resolução de problemáticas nos territórios das Unidades, o comprometimento municipal pode se tornar uma ferramenta estratégica na diminuição dos impactos ambientais e conflitos existentes.

Vill (2006), aponta que a implementação das políticas públicas ambientais em nível municipal se encontra em um cenário insatisfatório, apesar de várias conquistas nessa esfera ainda precisa de ações efetivas.

Diante disso, em entrevistas realizadas com os secretários de Meio Ambiente dos municípios de Goiana-PE, Pitimbu-PB e Caaporã-PB, território da RESEX Acaú-Goiana, foi solicitado para os gestores apontar quais os principais potenciais e fragilidades da gestão municipal na gestão dessa Unidade. Em resposta, apenas o secretário de Caaporã respondeu a questão por completo, o secretário de Pitimbu parcialmente, o secretário de goiana não respondeu, respectivamente estão as respostas: “A potencialidade é fiscalização na área de outros órgãos como o ICMBio, já a fragilidade é a falta de condições da prefeitura fazer essas ações. “Potência é buscar o uso sustentável da RESEX”.

Em análise, as respostas indicam um afastamento dos gestores municipais da agenda socioambiental da RESEX, visto a pouca parceria existente entre as diferentes instituições. A ação conjunta citada foi a realização de fiscalização, o que é relatado como positivo pela Prefeitura de Caaporã.

A não integração entre municípios e UC é uma lacuna que ameaça a sociedade de modo geral. O desenvolvimento sustentável e a preservação da biodiversidade não podem ser alcançados isoladamente, requerem a colaboração e o compromisso de todas as partes interessadas. É fundamental que os municípios reconheçam a urgência desse problema e tomem medidas concretas para reverter essa tendência.

Por outro lado, os gestores de instituições da sociedade civil como a colônia pescadores em resposta à entrevista demonstraram a importância da implementação da RESEX em seu território. Relatam que o conselho da Reserva é um espaço no qual podem recorrer quando ocorre algum conflito na localidade.

4.4 Plano de aula

A Geografia como disciplina escolar desempenha um papel importante no desenvolvimento de sujeitos críticos e conscientes. Assim, por meio do ensino da geografia é possível destacar que os estudantes desenvolvem habilidades de compreender as dinâmicas territoriais e sociais, podendo aplicá-las em sua vida cotidiana (Straforini, 2018).

Nesse sentido, por ser uma disciplina transversal, a Geografia possibilita o multiletramento, que é o emprego de múltiplas linguagens existentes para o entendimento dos conteúdos programados (Spode, 2022). Um dos instrumentos importantes para a consolidação da aprendizagem, que pode ser utilizado em atividades voltadas ao ensino, são as aulas de campo nas Unidades de Conservação (UC). Santos (2020), afirma que o ensino da Geografia nessas áreas pode se configurar como uma excelente ferramenta didática no ensino de temas socioambientais.

Nesta conjuntura, aulas de campo cumprem um papel importante, em que, Schäffer aponta:

O trabalho de campo é um recurso de ensino muito rico e importante para o processo de aprendizagem, porque permite relacionar e ampliar o conhecimento teórico à realidade, proporcionando abordagens mais contextualizadas e dinâmicas dos conteúdos escolares, no processo do conhecimento e da educação (Schäffer, 1998).

As UC devem ser vistas como espaços de conservação ambiental e, também, como territórios educativos. Segundo Silva (2023), essas áreas podem proporcionar ambientes únicos para a prática pedagógica. Nisso, ao utilizar as UC como locais de aprendizagem o ensino da geografia ganha dimensões mais concretas possibilitando aos estudantes uma análise mais assertiva das dinâmicas espaciais.

Assim, no cenário das aulas de campo em UC, existem vastas possibilidades de metodologias a serem aplicadas, a fim de contribuir para o processo de ensino/aprendizagem. Filho (2024) apresenta as trilhas interpretativas como uma metodologia fundamental para materializar o que foi aprendido nas aulas teóricas em sala de aula. O autor também aponta que, anteriormente, as trilhas tinham o objetivo de simples locomoção de pessoas de um ponto a outro. Porém, na atualidade, têm a finalidade de promover a interação com a natureza e a sensibilização para a Educação Ambiental.

As trilhas interpretativas oferecem a oportunidade de realizar atividades práticas que complementam o conteúdo teórico, possibilitando a coleta de solo, plantas, água, entre outros, tornando a assimilação do conteúdo ainda mais sólida para o estudante (Marques, 2021).

Assim, com base na relevância socioambiental que as UC possuem para o território, o presente trabalho construiu um modelo de plano de aula sobre a temática

de unidades de conservação para ser aplicada na 1ª série do ensino médio da educação básica em Pernambuco, com o objetivo de fortalecer essas áreas por meio da Educação Ambiental. Para que o Plano de Aula cumpra seu papel, é necessário que esteja alinhado com a Base Comum Curricular (BNCC) .

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, também foi utilizado como base o Organizador Curricular Por Trimestre da formação geral básica da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco. Assim, o conteúdo desenvolvido no Plano de Aula teve como base a Habilidade EM13CHS103 da BNCC, que possui a finalidade de “Elaborar hipóteses, Selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas .”

Ao lidar com os desafios do ensino de Geografia no âmbito da educação básica, em especial da rede pública, a elaboração deste plano de aula tem por objetivo oferecer uma contribuição na atuação dos docentes. Assim, utilizando metodologias ativas e aulas de campo, os conteúdos de ensino na UC, busca ampliar o repertório didático dos professores e reforçar a relação entre os estudantes e o território em que vivem.

Assim, é possível destacar que a sequência de atividades proposta pelo plano contribui não só para o âmbito formativo, mas também proporciona uma experiência de ensino/aprendizagem crítica, interdisciplinar e contextualizada, que pode ser adequada aos territórios diversos do estado de Pernambuco. Nesse sentido, o quadro 3 apresenta o Plano de Aula que poderá ser aplicada nas aulas de geografia da 1ª série do ensino médio da rede pública do estado de Pernambuco.

Quadro 3- Plano de aula para escolas inseridas no entorno da Resex Acaú-Goiana

PLANO DE AULA		
TURMA: 1º ano do ensino médio.	COMPONENTE CURRICULAR	DURAÇÃO: 2 aulas sendo: aula teórica 50min e aula prática 1h30

			R: Geografia			
TEMA: Unidades de Conservação e sua importância socioambiental.						
HABILIDADES: (EM13CHS103) Elaborar hipóteses, Selecionar evidências e compor argumentos relativos a processos políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e epistemológicos, com base na sistematização de dados e informações de diversas naturezas (expressões artísticas, Textos filosóficos e sociológicos, Documentos históricos e geográficos, gráficos, mapas, tabelas, tradições orais, entre outros).						
OBJETIVO DO CONHECIMENTO: Conceitos Geográficos e suas relações sociais, ambientais e culturais: Espaço; Território; Região; Paisagem; Lugar.						
OBJETIVO GERAL: Analisar e comparar os processos históricos e contemporâneos de ocupação do espaço e formação de territórios identificando o papel desempenhado por diversos agentes, como grupos sociais e culturais						
Aula 1- Teórica			Aula 2- Prática			
procedimento	recurso didático	avaliação	procedimentos	Recursos didáticos	Avaliação	
Fundamentado na Metodologia de Aprendizagem Baseada em Problemas, a aula será dividida em 3 etapas, sendo: 1- Problema disparador (10 min): Apresentação de vídeo sobre pressões ambientais em uma UC. 2- Debate orientado (20 min): divisão de grupo e Cada um propõe hipóteses e soluções para o problema apresentado. 3- Sistematização (20 min): Construção coletiva de painel de soluções relacionando conceitos geográficos.	Projetor; Quadro branco, piloto, folha A4, caneta, vídeo sobre a UC.	Será analisada a oratória, argumentação e sistematização no debate;	1. Chegada e acolhimento (10 min): Apresentação inicial feita por guia. 2. Trilha interpretativa (60 min): Paradas estratégicas com discussão sobre biodiversidade, uso do solo, impactos e conservação. Coleta de dados, fotografias e esboços de croquis ou mapas mentais sobre a paisagem do local. 4. Encerramento (20 min): Roda de conversa para troca de percepções e aprendizados.	Caderno, pranchetas, lápis. Celulares ou câmeras fotográficas. Mapa da UC.	Elaboração de um diário de campo.	
REFERÊNCIAS:						
AB'SÁBER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. Ateliê editorial, 2003.						
ACSELRAD, H. Ambientalização das lutas sociais-o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos avançados, v. 24, p. 103-119, 2010.						
SANTOS, M. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. Edusp, 2022.						

5 CONCLUSÃO

O período abordado durante a análise de conteúdo, principalmente entre os anos de 2013 e 2019, foi marcado por diversos conflitos socioambientais na Reserva

Extrativista Acaú-Goiana. Foi possível identificar que esses conflitos foram originados principalmente pelas atividades das indústrias instaladas no entorno da RESEX, gerando problemáticas como derramamento de vinhoto, vazamento de fibra-celulose, queima de palha da cana-de-açúcar, construções irregulares e outras situações.

Foi possível evidenciar a partir da análise das atas do Conselho da RESEX Acaú Goiana que as empresas presentes no entorno da unidade possuem significativa responsabilidade por conflitos no território. Situações de impacto ambiental ocasionado pelas atividades das empresas foi colocado em pauta pelos comunitários nas reuniões do conselho.

Assim, é importante uma atuação de fiscalização e monitoramento frequente por parte dos órgãos responsáveis, para que empresas tenham maior comprometimento na utilização dos bens naturais e a manutenção das comunidades tradicionais pertencentes à localidade

Os representantes comunitários integrantes do Conselho desempenharam um papel crucial ao trazerem os conflitos socioambientais para as reuniões da RESEX, buscando a proteção do território e dos direitos das comunidades.

A ausência de fiscalização efetiva por parte dos órgãos responsáveis foi o motivo mais discutido para justificar a lentidão na resolução dos problemas e a falta de punição das empresas poluidoras. Além disso, a falta de recursos financeiros e de servidores nos órgãos ambientais compromete a eficácia das atividades de monitoramento, fiscalização e aplicação de regulamentações.

Foi evidenciado que no período em que a RESEX Acaú-Goiana recebeu o apoio do projeto Gefmar as atividades desenvolvidas pela gestão conseguiram ser realizadas de forma satisfatória. A implementação de projetos financiadores, como o Gefmar, colabora com o fortalecimento da gestão e manutenção da UC.

A gestão participativa, por meio das reuniões do Conselho, demonstrou ser fundamental para fortalecer o vínculo das comunidades com a RESEX, permitindo a discussão de denúncias, tomada de decisões e encaminhamentos para a proteção do território. Contudo, períodos de desmobilização, como ocorreu em 2019, resultaram em desestímulo prejudicando o engajamento dos conselheiros(as).

Também, foi destacado que a não integração entre municípios e a unidade é vista como uma dificuldade à proteção ambiental do território. Assim, é primordial a colaboração, comprometimento e participação ativa dos municípios na gestão da

RESEX para alcançar um desenvolvimento socioambiental. Também, a integração entre as instituições ambientais federais, estaduais e municipais desempenha um papel crucial na gestão ambiental eficaz e na proteção dos recursos naturais.

Portanto, a análise das atas das reuniões do conselho da RESEX Acaú-Goiana revela a complexidade dos desafios enfrentados na gestão ambiental e a importância de um esforço conjunto entre comunidades, órgãos governamentais e sociedade civil para garantir a proteção efetiva do território e a sustentabilidade da região.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. Conflitos Ambientais no Brasil. Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, Rio de Janeiro. 2004.

ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais-o caso do movimento por justiça ambiental. Estudos avançados, v. 24, p. 103-119, 2010.

ALLEGRETTI, M. A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 18, p. 39-59, 2008.

Acelrad, H. 2004. Conflitos Ambientais no Brasil. Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, Rio de Janeiro.

ARAÚJO, I. M. M.; NASCIMENTO, M. M. B.; OLIVEIRA, A. G. R. C. Recursos hídricos e a saúde humana: impactos industriais e estratégias de manejo e proteção ambiental no município de Goiana/PE. Revista Internacional Interdisciplinar, v. 13, n. 3, p. 163-181, 2016.

BARDIN, L. Análise de conteúdo . Lisboa: Edições 70,1977.

BRASIL. Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, par. 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Ministério do Meio Ambiente, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 06 out. 2023.

_____. Decreto de 26 de Setembro de 2007. Cria a Reserva Extrativista Acaú-Goiana, nos Municípios de Pitimbu e Caaporã, no Estado da Paraíba, e Goiana, no Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Brasília, 2007.

_____. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. Brasília, DF, 2017. Disponível em:<[BNCC – Ensino Médio — Ministério da Educação](#)>. Acesso em: 26 fev. 2025.

BRITO, M. C. W. Unidades de conservação: intenções e resultados. Annablume Editora, 2000.

BUENO, W.; OLIANA, F.; BORINELLI, B. O estudo do gasto público em meio ambiente. Economia & Região, v. 1, n. 1, p. 118-133, 2013.

CAMPOS, A. C.; CASTRO, S. S. Unidades de conservação, a importância dos parques e o papel da Amazônia. Terra Livre, v. 1, n. 26, p. 127-141, 2006.

CARVALHO, I.; SCOTTO, G.; BARRETO, A. Conflitos Sociais e Meio Ambiente: Desafios Políticos e Conceituais. Rio de Janeiro: Ibase, 1995.

CONFREN- Conselho Pastoral dos Pescadores. Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil. Brasília, p. 104. 2016.

CUNHA, L. H. O. Reservas extrativistas: uma alternativa de produção e conservação da biodiversidade. In: Encontro dos povos do Vale do Ribeira, 2001.

FERNANDES-PINTO, É.; CORDEIRO, A.; BARBOSA, S. Criação de Reservas Extrativistas e sua importância estratégica frente aos conflitos socioambientais brasileiros. In : III SAPIIS–Simpósio de Áreas Protegidas e Inclusão Social. Teresópolis, 2007.

FILHO, P. A. C. et al. Metodologias de educação ambiental em unidades de conservação brasileiras: uma revisão de 2011 a 2021. REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, v. 41, n. 2, p. 52-72, 2024.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J.; PREMEBIDA, A. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. Sociologias, v. 16, p. 34-82, 2014.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

__, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2009.

HOGAN, D. J. Crescimento populacional e desenvolvimento sustentável. Lua Nova: revista de cultura e política, p. 57-78, 1993.

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Mapa com os limites KML. 2024. Disponível

em:

<https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/marinho/lista-de-ucs/resex-acau-goiana>. Acesso em: 22 de Mar. 2024.

LAGO, R. M. Estudos sobre o aproveitamento do vinhoto e os impactos ambientais na região de Rio Brilhante. 2018. Monografia (Bacharel em Engenharia de Produção) - Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados, p. 52. 2018.

LIMA, M. E. A. Gestão participativa na reserva extrativista Acaú-Goiana: o papel da comunidade de Acaú - PB. 2016. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal de Pernambuco. Recife, p.146. 2016.

Mar Sem Fim. Registro de marisqueiras.

Disponível em:

https://marsemfim.com.br/reserva-extrativista-acau-goiana-pernambuco/#google_vignette. Acesso em: 22 de Mar. 2024.

MARQUES, J. D. de O. M. D.; BARRETO, L. C. M. de S.; MARQUES, E. M. de A. Trilhas Interpretativas Em Unidade De Conservação: Espaço Pedagógico Para O Ensino De Ecologia. Revista Brasileira de Ensino de Ciências e Matemática, [S. l.], v. 4, n. 2, 2021. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rbecm/article/view/11525>. Acesso em: 25 fev. 2025.

NETHER, D. R. F. Unidades de conservação: uma breve digressão sobre história, meio ambiente e o conflito potencial entre os direitos fundamentais ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e os direitos culturais. 2017. Monografia (Especialização em Direito Ambiental Nacional e Internacional) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, p. 74. 2017.

OLIVEIRA, J. P. G. Cogestão da Reserva Extrativista Acaú-Goiana: Análise de 15 anos de êxitos e desafios. Revista Desenvolvimento Social, v. 29, n. 1, p. 80-103, 2023.

PAIVA, G. R. R.; MARCATTO, F. S.; BUENO, R. H. A atuação de Prefeituras Municipais na Preservação de Unidades de Conservação: O Caso do Projeto “Lixo que Vale” em Umuarama–PR. Revista Científica ANAP, 2015.

PIMENTEL, M. A. S. Comunidades tradicionais em reservas extrativistas marinhas no estado do Pará: Conflitos e resistências. AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política, v. 1, n. 1, p. 191, 2019. Disponível em: <https://saber.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/22690>. Acesso em: 26 mar. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para o estudo de conflitos e movimentos sociais na América Latina. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas, p. 5-26, 2006. Brasil, v. 8, n. 10, 2015.

PROST, C. Reservas extrativistas marinhas: avanço ou retrocesso?. Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 48, p. 321-342, nov. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. O desafio Ambiental. Rio de Janeiro: Record, 2004.

RISSO, L. C. A importância das reservas extrativistas para a discussão mundial de conservação da natureza. Geografia e Pesquisa, Ourinhos, v. 6, n. 1, p. 130-138, jan./jun. 2012.

RONQUIM, C. C. Queimadas na colheita da cana-de-açúcar: impactos ambientais, sociais e econômicos. Embrapa Monitoramento por Satélite. Documento 77, p. 45. 20102012.

SANTOS, A. A.; MENEZES, M.; LEITE, A. Z.; SAUER, S. Ameaças, fragilização e desmonte de políticas e instituições indigenistas, quilombolas e ambientais no Brasil. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 29, n. 3, p. 669-698, 2021.

SANTOS, P. R. et al. Breve análise da importância dos órgãos executores da política ambiental brasileira frente aos agravos ambientais em unidades de conservação. Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade, v. 7, n. 15, p. 211-223, 2020.

SANTOS, L. C. et al. Unidades de Conservação do Recife como espaços educativos para o ensino da Geografia Escolar. Meio Ambiente (Brasil), v. 2, n. 4, 2020.

SCARDUA, F. P.; BURSZTYN, M. A. A. Descentralização da política ambiental no Brasil. Sociedade e Estado, v. 18, p. 291-314, 2003.

SCHÄFFER, N. O. Ler a paisagem, o mapa, o livro... Escrever nas linguagens da geografia. Ler e escrever: compromisso de todas as áreas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

SILVA, S. R.; MANESCHY, M.C.A.; RIBEIRO, T. G.; SILVA, T. I. Desafios da gestão participativa de recursos naturais em uma Reserva Extrativista Marinha no Pará. Novos Cadernos NAEA, v. 21, n. 2, 2018.

SILVA, J. F.; GOMES, M. B.; CANDEIAS, A. L. B.; RODRIGUES, G. G. Análise das dinâmicas vegetacionais e impactos na zona de borda da Reserva Extrativista Marinha ACAÚ-GOIANA (PERNAMBUCO/PARAÍBA-BRASIL) e sua área de entorno. Revista GeoNordeste, n. 1, p. 188-207, 2020.

SILVA, M. C. S. C. Investigação da ocorrência de resíduos de herbicidas em rios da Reserva Extrativista Acaú-Goiana. 2020. Tese (Doutorado em Ciências Farmacêuticas) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

SILVA, S. M. Território pesqueiro de uso comum: conflitos, resistência, conquistas e desafios na Reserva Extrativista Acaú-Goiana/PB-PE. 2017. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SILVA, M. S. F.; ANUNCIAÇÃO, V. S. ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A GESTÃO PARTICIPATIVA: experiências em unidades de conservação, Brasil. Geo UERJ, [S. l.], n. 43, 2023.

Disponível em:

<<https://www.e-publicacoes.uerj.br/geouerj/article/view/42443>>. Acesso em: 26 fev. 2025.

SOARES, I. A.; OLIVEIRA, J. E. L.; LIMA, E. R. V. Conflitos socioambientais na Área de Proteção Ambiental de Jenipabu-RN. Revista Brasileira de Geografia Física, v. 11, n. 2, p. 490-509, 2018.

SPODE, P. L. C. et al. Multiletramentos, ensino de Geografia e Lugar: aplicações e possibilidades. *Revista Ensino de Geografia (Recife)* V, v. 5, n. 2, 2022.

STRAFORINI, R. O ensino de Geografia como prática espacial de significação. *Estudos avançados*, v. 32, n. 93, p. 175-195, 2018.

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P. H. F. Conflitos socioambientais em Unidades de Conservação. *Política & Sociedade*, v. 4, n. 7, p. 139-162, out. 2005.

VILL, J. Municípios e unidades de conservação federais e estaduais no sul de Santa Catarina: possibilidades e desafios. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 161 p. 2006.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. Conflitos ambientais. Publicação do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais–GESTA/UFGM, 2010.